



8 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 25 de outubro de 2023

| Bolsas | | Pontuação B3 | | Dólar | | Salário mínimo | | Euro | | CDI | | CDB | | Inflação | | |
|----------------|-----------|---------------------------|----------------|------------------|----------|----------------|-------|---------------------------------|--|------------------|---------------|----------------------------|---------------|---------------------|-------------|------|
| Na terça-feira | | Ibovespa nos últimos dias | | Na terça-feira | | Últimos | | Comercial, venda na terça-feira | | Ao ano | | Prefixado 30 dias (ao ano) | | IPCA do IBGE (em %) | | |
| 0,87% | São Paulo | 114.004 | 113.762 | R\$ 4,994 | (-0,46%) | 18/outubro | 5,054 | R\$ 1.320 | | R\$ 5,290 | 12,65% | 12,33% | Maio/2023 | 0,23 | Junho/2023 | -0,8 |
| 0,62% | Nova York | 19/10 | 20/10 | | | 19/outubro | 5,053 | | | | | | Julho/2023 | 0,12 | Agosto/2023 | 0,23 |
| | | 23/10 | 24/10 | | | 20/outubro | 5,047 | | | | | | Setembro/2023 | 0,26 | | |

TRIBUTOS

Desoneração da folha avança no Senado

Projeto que beneficia 17 setores que mais empregam passa pela Comissão de Assuntos Econômicos e será votado hoje no Plenário

» RAFAELA GONÇALVES

O plenário do Senado Federal vota hoje o projeto que prorroga até 2027 a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia. O texto recebeu, ontem, o aval da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e, em seguida, foi aprovado, no plenário, o requerimento de urgência para a apreciação da matéria. A proposta chegou a ser aprovada pelo Senado em junho, mas sofreu alterações ao passar pela Câmara dos Deputados em agosto, tendo, por isso, voltado para análise dos senadores. Ao retornar para a Comissão, foram rejeitadas as mudanças feitas pelos deputados e retomado o texto original.

A desoneração da folha é um mecanismo que permite às empresas dos setores beneficiados o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários. Essa permissão foi introduzida há 12 anos para algumas áreas, e há pelo menos 10 anos abrange os setores hoje incluídos. A proposta reduz ainda a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento de 20% para 8% para cerca de 3 mil municípios do país.

A aprovação da medida representa uma derrota para o Ministério da Fazenda, pois acontece no momento em que o governo soma esforços para aumentar a arrecadação. Além dos R\$ 9 bilhões em renúncia fiscal para os municípios, o valor estimado para a desoneração dos setores privados é de R\$ 9,2 bilhões, assim, o governo deixaria de arrecadar R\$ 18 bilhões por ano.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), tentou adiar a votação. Segundo ele, a medida “se opõe à reforma tributária”, por promover uma renúncia fiscal. A expectativa é de que o parecer da reforma também seja apresentado nesta quarta. “Teremos o texto de uma reforma tributária aguardada há 40 anos, e, concomitantemente, vamos bulir em algo

que é exatamente tributo. No caso, não é nem tributo, é contribuição previdenciária, cujo texto constitucional aprovado na chamada PEC da Previdência estabeleceu que, a partir de sua promulgação, não se pode mais fazer desoneração sobre a questão previdenciária, cujo rombo, só no ano passado ou neste, é da ordem de mais de R\$ 200 bilhões”, mencionou Wagner.

Se a medida não for aprovada, entidades empresariais alegam que cerca de 6 milhões de trabalhadores podem perder o emprego.

O líder do governo rebateu os argumentos de que a desoneração seria capaz de gerar mais empregos para o país. “Não é a desoneração que gera emprego. O que gera emprego é a economia crescendo e a distribuição de renda. As desonerações beneficiam o empregador, que terá um custo mais barato da sua folha de pagamento, mas não é isso que gera emprego. Se a economia não crescer, com ou sem desoneração, não haverá geração de emprego”, argumentou Jaques Wagner.

O relator da matéria, senador Angelo Coronel (PSD-BA), destacou que os setores produtivos têm pressa pela aprovação da medida, pois precisam organizar suas contas para o próximo ano. “É uma matéria meritória, que vem resolver o problema dos 9 milhões de empregos dessas empresas, que são as maiores empregadoras do Brasil. Não tem por que o governo ficar contra, esperar uma reforma tributária para contemplar uma coisa que só fica no sonho. Não sabemos quando será materializada uma reforma que venha a atender esses segmentos”, afirmou.

Beneficiários

Os 17 setores beneficiados são: couro; calçados; call center; comunicação; têxtil; confecção e vestuário; construção civil; empresas de construção e obras de infraestrutura; fabricação de veículos e carroçarias;

Jonas Pereira/Agência Senado



Senadores aprovaram requerimento de tramitação em regime de urgência para a apreciação do projeto no Plenário da Casa



A desoneração já mostrou, na prática, que gera empregos, investimentos, diminui a informalidade e aquece a economia. Além disso, proporciona mais arrecadação”

Vivien Mello Suruagy,
presidente da Federação Nacional de Call Center

máquinas e equipamentos; proteína animal; tecnologia da informação; tecnologia de comunicação; projeto de circuitos integrados; transporte metroviário de passageiros; transporte rodoviário urbano; e transporte de cargas.

A presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra), Vivien Mello Suruagy, que acompanhou a votação, comemorou a aprovação do regime de urgência e disse estar confiante na aprovação da matéria hoje. “Houve bom senso da maioria dos senadores, apesar de alguns ainda não entenderem a importância

da desoneração. Acredito que o PL será aprovado com facilidade também no plenário”, disse.

Suruagy argumentou que a medida tem sido fundamental para a geração de empregos e investimentos e reiterou que, diferentemente dos que afirmam os que são contrários ao PL, “a desoneração está longe de ser uma renúncia fiscal”. “A desoneração já mostrou, na prática, que gera empregos, investimentos, diminui a informalidade e aquece a economia. Além disso, proporciona mais arrecadação — por exemplo, com Previdência, Imposto de Renda e INSS — e reduz os pedidos de seguro-desemprego e demais auxílios do governo”, explicou.

Criada em 2011, a desoneração da folha vem sendo sucessivamente modificada pela edição de medidas provisórias. Para o advogado Vinicius Costa, especialista em consultoria tributária no escritório Natal & Manssur, a adequação da Previdência Social é um dos fatores que pode trazer uma solução definitiva. “A solução é temporária e seletiva, aproveitando apenas parcela da economia, quando deveria ser repensada para todos os setores. Mas, infelizmente, acredito que isso não vai ocorrer enquanto não houver uma reforma na logística da atual Previdência Social, que depende majoritariamente das contribuições sobre a folha”, salientou Costa.

Roque de Sá/Agência Senado



Eduardo Braga: alíquota diferenciada para profissionais liberais

Reforma tributária: texto final sai hoje

» EDLA LULA

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) apresenta hoje, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o relatório final da proposta de reforma tributária. A previsão é que haja pedido coletivo de vistas e o texto só seja votado em 7 de novembro na comissão.

Ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), estimou que o relatório será aprovado até o final de novembro no plenário da Casa. “Estamos muito alinhados nesse compromisso de evoluir a pauta econômica do Brasil. Considero essa a maior prioridade nacional neste instante”, disse Pacheco, ao salientar que o país precisa garantir crescimento econômico, com geração de emprego e controle da

inflação. “Isso envolve reforma tributária e diversos projetos em tramitação”, comentou.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que bateu o martelo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o senador Braga sobre o novo valor do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), sem querer antecipar os números. O fundo, destinado a compensar os estados por eventuais perdas com as mudanças tributárias, virou ponto chave nas negociações em torno da aprovação da reforma.

“Boa surpresa”

Após reunião com governadores, no Ministério da Fazenda, Haddad disse que o fundo terá “a robustez necessária” para contemplar os estados e obter a

aprovação deles à reforma. “Acredito que eles (os governadores) terão uma boa surpresa. Já fechamos com o senador Eduardo Braga. Ele incorporou a proposta da Fazenda e, na minha opinião, ficou positivamente surpreso com a disposição do ministro em negociar”, destacou o ministro. “Acho que o relatório poderá ser aprovado daqui a 15 dias, e, quem sabe, a Câmara sacramente a reforma e o presidente Pacheco possa, finalmente, promulgá-la, depois de 40 anos.”

A elevação do valor do fundo é considerada relevante para assegurar a maioria de 49 votos favoráveis exigidos para a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), como é o caso da reforma tributária. A demanda dos governadores é que

o fundo saia dos R\$ 40 bilhões previstos inicialmente no texto aprovado pela Câmara para uma quantia de R\$ 75 a R\$ 80 bilhões.

Além da elevação do FDR, Braga acredita que há consenso entre os senadores para a criação de uma “trava” que impeça que os governos, seja o federal, sejam os estaduais, elevem a carga tributária.

Outra novidade a ser acrescentada ao texto é a revisão, a cada cinco anos, das alíquotas diferenciadas para que se possa avaliar o custo-benefício da aplicação delas em setores da economia. Braga também pensa em criar outra alíquota diferenciada para profissionais liberais, como advogados e médicos, que terão sua carga tributária bastante elevada caso o texto permaneça como saiu da Câmara.